

O papel da mudança de comportamento na conservação da biodiversidade

Este documento responde ao mandato dos Membros da UICN estabelecido na Resolução WCC-2020-Res-064 *Promover a conservação através de soluções centradas no comportamento* (Marselha, 2021) e na Resolução WCC-2025-Res-127 *Reforçar a interconexão entre os seres humanos e a natureza para promover uma mudança transformadora a favor da natureza* (Abu Dhabi, 2025), e apresenta a posição do Grupo de Trabalho para a Mudança de Comportamento da CSE e da CEC da UICN quanto ao papel da mudança de comportamento na conservação da biodiversidade (Veríssimo & Pinho, 2023). O Grupo de Trabalho é uma estrutura intercomissões que opera conjuntamente na Comissão para a Sobrevivência de Espécies (CSE) e na Comissão de Educação e Comunicação (CEC) da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Tem por objetivo apoiar os países e as organizações membros da UICN, bem como as Comissões e os parceiros, na integração no seu trabalho de abordagens comportamentais éticas, eficazes e assentes em evidências.

A mudança de comportamento está no cerne da missão da UICN de influenciar, incentivar e apoiar as sociedades na conservação da integridade e da diversidade da natureza e na garantia de que qualquer utilização dos recursos naturais é equitativa e ecologicamente sustentável. Tal como afirmado pelos Membros da UICN na Res-064, a mudança de comportamento, usada de forma responsável e assente em evidência, tem de fazer parte de todas as ações de conservação.

Em última análise, o propósito desta declaração é construir um entendimento partilhado da mudança de comportamento na conservação, promover uma prática ética e fomentar a colaboração entre disciplinas e comunidades, em apoio à missão mais ampla da UICN, de travar a perda de biodiversidade.

Por que a mudança de comportamento é importante para a natureza

Todas as grandes ameaças à biodiversidade, como a perda de habitat, a sobre-exploração, a poluição e as alterações climáticas, são motivadas por comportamentos humanos.

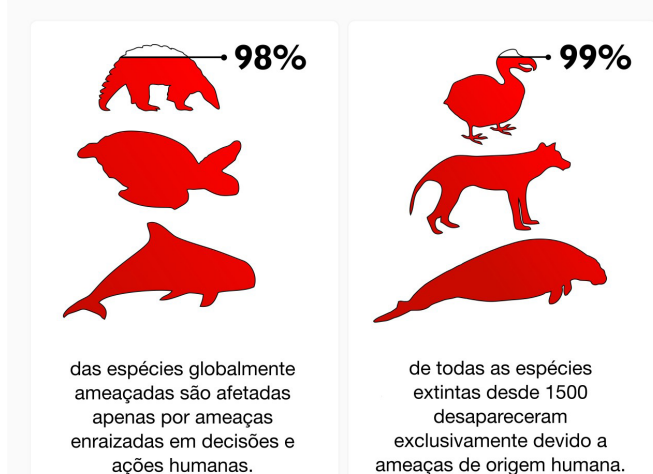


Figura 1 – Principais ameaças à biodiversidade e taxas de extinção.
Fonte: Veríssimo et al. (2024)

Isto significa que a conservação da natureza é, acima de tudo, um exercício de persuasão humana: trata-se de transformar as escolhas, os hábitos, as normas e os sistemas que conduzem a danos ambientais (Veríssimo et al., 2024). Sem mudanças na forma como as pessoas utilizam o território, consomem recursos, definem políticas e moldam os mercados, os esforços de conservação continuarão limitados a registar perdas em vez de as reverter. A mudança de comportamento não é, por isso, periférica à conservação: está no seu cerne (Veríssimo et al., 2025).

O que é a mudança de comportamento?

A mudança de comportamento é abordada de formas distintas consoante as disciplinas. No contexto da conservação da biodiversidade e da missão da UICN, definimos mudança de comportamento como o processo pelo qual as ações e decisões humanas se alteram ao longo do tempo, de modo a produzir resultados mais desejáveis para a natureza. Estas alterações podem ocorrer de forma intencional ou não intencional e podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo normas sociais, condições económicas, incentivos das políticas públicas, valores culturais ou intervenções dirigidas. Na prática da conservação, há uma ênfase crescente no apoio intencional à mudança de comportamento, através da identificação e compreensão das ações que impulsionam a perda de biodiversidade e da criação de condições que favoreçam escolhas e práticas mais sustentáveis.

Estes comportamentos podem ocorrer a diferentes escalas, e a importância de cada uma variará consoante a ameaça e o contexto humano: desde as decisões individuais do quotidiano até às normas dos grupos, às políticas das organizações e aos sistemas mais amplos que moldam as escolhas em larga escala.

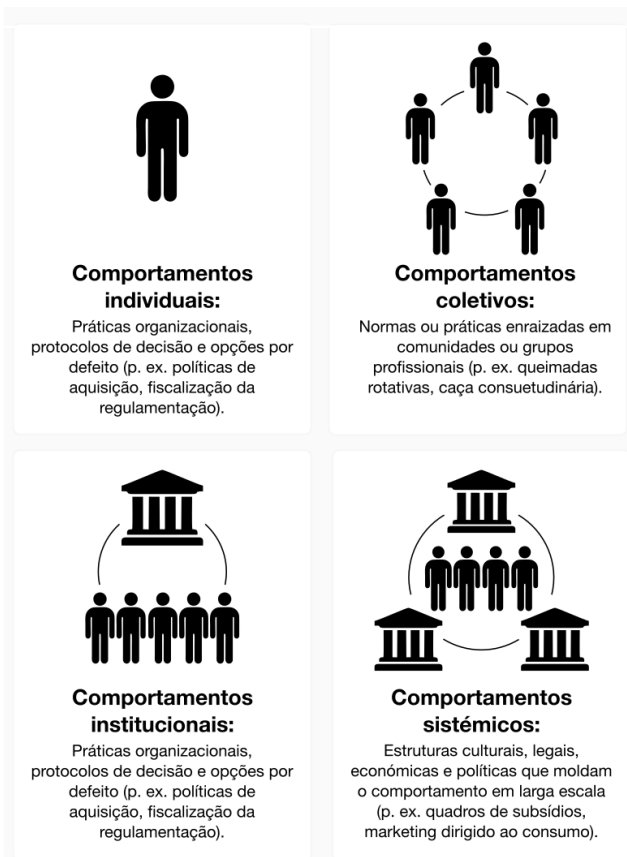


Figura 2 – Níveis sociais das intervenções de mudança de comportamento. Fonte: Contribuidores

A ética na mudança de comportamento

À medida que a conservação recorre cada vez mais a ferramentas de mudança de comportamento, torna-se ainda mais importante considerar não só o que procuramos mudar, mas também como procuramos essa mudança e quem participa nesse processo. Os esforços de mudança de comportamento implicam, pela sua própria natureza, influenciar as decisões e as ações de outras pessoas. Isto exige que ancoremos o nosso trabalho em valores éticos fundamentais, tais como a transparência e a honestidade, o cuidado e a equidade, a responsabilidade e a reflexão, e o respeito e a capacitação, que podem servir de bússola para a prática.

As considerações éticas são fundamentais para a legitimidade, a eficácia e a sustentabilidade a longo prazo da mudança de comportamento na conservação (Brittain et al., 2020). Ajudam a assegurar que os esforços para influenciar comportamentos não manipulem, marginalizem ou prejudiquem de forma involuntária, sobretudo quando envolvem comunidades já afetadas por vulnerabilidades sociais ou ambientais (Lades & Delaney, 2022). Uma iniciativa de mudança de comportamento que alcança os seus objetivos imediatos, mas mina a confiança, a dignidade ou a equidade, pode fazer mais mal do que bem a longo prazo.

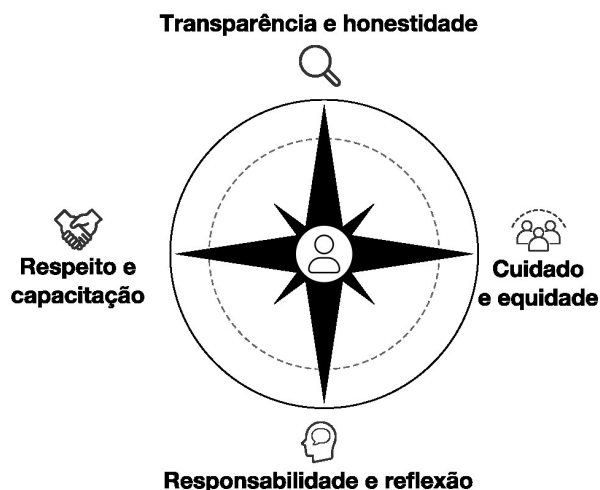


Figura 3 – Fundamentos de orientação ética para intervenções comportamentais. Fonte: Adaptado de Kubacki et al. (2023) e Lades & Delaney (2022)

O terreno ético da conservação é particularmente complexo porque a área assume um duplo mandato: proteger a biodiversidade e respeitar e salvaguardar o bem-estar humano. Estes objetivos reforçam-se frequentemente um ao outro, mas também podem entrar em tensão, em especial quando as iniciativas de conservação afetam o acesso à terra, aos recursos ou aos meios de subsistência. A mudança de comportamento ética tem, por isso, de conciliar esta dupla responsabilidade com honestidade, transparência e um compromisso com resultados equitativos tanto para as pessoas como para a natureza (Szablewska & Kubacki, 2019).

Importa sublinhar que as intervenções de mudança de comportamento não operam no vazio: limitam-se a tornar visível uma influência que já existe. As pessoas vivem já em ambientes saturados de sinais comportamentais: normas sociais, marketing, preços, subsídios, infraestruturas, leis e arquitetura de escolha (Nielsen et al., 2021). Muitos destes sistemas existentes incentivam comportamentos que degradam o ambiente natural. Neste contexto, em vez de introduzirem influência, os esforços de conservação procuram muitas vezes reequilibrar os fatores comportamentais já existentes, sobretudo aqueles que atualmente incentivam ações prejudiciais à biodiversidade.

Agir de forma ética neste espaço é reconhecer e responder às dinâmicas de poder em jogo. Significa abordar as pessoas não como problemas a resolver, mas como parceiras com capacidade de ação, conhecimento e direitos. Significa evitar táticas coercivas ou agendas ocultas e e criar espaço para participar, comentar e rever. A prática ética exige ainda que se coloquem perguntas difíceis mas necessárias: Quem define qual é o comportamento desejável? Quem beneficia? Quem pode ser excluído? Que consequências não intencionais podem surgir? (Kubacki et al., 2023).

O Grupo de Trabalho para a Mudança de Comportamento da CSE e da CEC da UICN está atualmente a preparar orientações adicionais sobre ética na mudança de comportamento. Este documento não pretende substituir esse trabalho, mas afirma uma posição clara: a reflexão ética não é um extra opcional (Igras et al., 2021). É central para a forma como nos relacionamos com as pessoas em prol da conservação da biodiversidade.

Caminho a seguir

Para reforçar o papel da mudança de comportamento na conservação da biodiversidade, o Grupo de Trabalho para a Mudança de Comportamento da CSE e da CEC da UICN, em conformidade com a Resolução WCC-2020-Res-064 e a Resolução WCC-2025-Res-127, incentiva os Membros da UICN, as Comissões, os profissionais de conservação, as organizações e os decisores políticos a:

- Integrar as considerações comportamentais na conceção, na implementação e na avaliação das iniciativas de conservação.
- Fundamentar os esforços de mudança de comportamento na compreensão dos contextos locais, das perspetivas das partes interessadas e do melhor conhecimento disponível.
- Assegurar que as intervenções de mudança de comportamento são desenvolvidas e implementadas de forma ética, transparente e equitativa, respeitando os direitos humanos e o bem-estar.

Nota institucional

As Comissões da UICN são redes de especialistas voluntários a quem cabe desenvolver e fazer avançar o conhecimento institucional, a experiência e os objetivos da UICN. As perspetivas, informações ou opiniões expressas nesta publicação são exclusivamente as da Comissão de Educação e Comunicação da UICN e não representam necessariamente as da UICN. De acordo com os protocolos da UICN para produtos técnicos, note-se que as perspetivas expressas neste documento não refletem necessariamente as de toda a Comissão de Sobrevivência das Espécies (CSE) da UICN, e que este documento não foi diretamente subscrito pela liderança da CSE.

Este trabalho conta com o apoio do IUCN SSC CSS Behaviour Change – Zoomarine Portugal e do IUCN SSC CSS Behaviour Change – Living Desert.

Contribuidores

Veríssimo, D.^{1,2}, Akbar, B.^{1,3}, Bujold, P.⁴, Costa, A.⁵, Danoff-Burg, J.A.^{6,7}, Mankad, A.^{1,8}, Mann-Lang, J.B.^{1,9,10}, Mileham, K.^{1,11}, Neves, J.^{12,13}, Olmedo, A.^{1,14}, Park, T.¹⁵, Perry, L.^{1,16}, Ribeiro, E.^{1,12,13}, Stokes, M.^{1,17} & Thomas, S.^{1,18}

1. Grupo de Trabalho para a Mudança de Comportamento da CSE e da CEC da UICN
2. Biodiversity & Behavioural Science Team, Environmental Change Institute, School of Geography and the Environment, University of Oxford, Oxford, Reino Unido
3. Nottingham Trent University, Nottingham, Reino Unido
4. BehaviourWorks Australia, Monash University, Melbourne, Austrália
5. Jardim Zoológico de Lisboa, Lisboa, Portugal
6. IUCN SSC CSS Behaviour Change – Living Desert, Palm Desert, Califórnia, EUA
7. The Living Desert Zoo and Gardens, Palm Desert, Califórnia, EUA
8. Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation (CSIRO), Canberra, Austrália

9. Rhodes University, Makhanda, África do Sul
10. Nelson Mandela University, Gqeberha, África do Sul
11. Comissão para a Sobrevivência das Espécies da UICN
12. IUCN SSC CSS Behaviour Change – Zoomarine Portugal, Albufeira, Portugal
13. Zoomarine Portugal, Albufeira, Portugal
14. Fauna & Flora International, Cambridge, Reino Unido
15. Behavioural Insights Team, Londres, Reino Unido
16. Castlerock Conservation, Reino Unido
17. University of New South Wales, Sydney, Austrália
18. Auckland Zoo, Auckland, Nova Zelândia

Citação sugerida

Grupo de Trabalho para a Mudança de Comportamento da CSE e CEC da UICN (2026). *O papel da mudança de comportamento na conservação da biodiversidade*. 5 pp. <https://doi.org/10.64234/RBCC2026-PT>

Agradecimentos

O Grupo de Trabalho para a Mudança de Comportamento da CSE e da CEC da UICN agradece ao seu doador, o Jardim Zoológico de Lisboa, que permitiu a mobilização de recursos para a redação, a conceção das ilustrações e a tradução deste documento.

Ao Zoomarine – Portugal, por disponibilizar o Programme Officer e os recursos essenciais à produção deste documento.

Referências

- Bennett, N. J., Roth, R., Klain, S. C., Chan, K., Christie, P., Clark, D. A., Cullman, G., Curran, D., Durbin, T. J., Epstein, G., Greenberg, A., Nelson, M. P., Sandlos, J., Stedman, R., Teel, T. L., Thomas, R., Veríssimo, D., & Wyborn, C. (2017). Conservation social science: Understanding and integrating human dimensions to improve conservation. *Biological Conservation*, 205, 93–108. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2016.10.006>
- Brittain, S., Ibbett, H., de Lange, E., Dorward, L., Hoyte, S., Marino, A., Milner-Gulland, E. J., Newth, J., Rakotonarivo, S., Veríssimo, D., & Lewis, J. (2020). Ethical considerations when conservation research involves people. *Conservation Biology*, 34(4), 925–933. <https://doi.org/10.1111/cobi.13464>
- Byerly, H., Balmford, A., Ferraro, P. J., Hammond Wagner, C., Palchak, E., Polasky, S., Ricketts, T. H., Schwartz, A. J., & Fisher, B. (2018). Nudging pro-environmental behavior: Evidence and opportunities. *Frontiers in Ecology and the Environment*, 16(3), 159–168. <https://doi.org/10.1002/fee.1777>
- Igras, S., Kohli, A., Bukuluki, P., Cislighi, B., Khan, S., & Tier, C. (2021). Bringing ethical thinking to social change initiatives: Why it matters. *Global Public Health*, 16(6), 882–894. <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1820550>
- IPBES (2024). *Summary for Policymakers of the Thematic Assessment Report on the Underlying Causes of Biodiversity Loss and the Determinants of Transformative Change and Options for Achieving the 2050 Vision for Biodiversity*. O'Brien, K., Garibaldi, L., Agrawal, A., et al. (eds.). IPBES secretariat, Bonn, Germany. <https://doi.org/10.5281/zenodo.11382230>
- IUCN. (2021). *Resolution WCC-2020-Res-064. Promoting conservation through behaviour-centred solutions*. IUCN. https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/resrecfiles/WCC_2020_RES_064_EN.pdf
- IUCN. (2025). *Resolution WCC-2025-Res-127. Strengthening human-nature connectedness to advance transformative change for nature*. IUCN. https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/resrecfiles/WCC_2025_RES_127_EN.pdf
- Kubacki, K., Akbar, B., Chamorro, J. B., French, J., Lee, D., Ong, D. L. T., Rodriguez-Sanchez, C., Veríssimo, D., & Ward, D. (2023). *Social marketing statement of ethics*. International Social Marketing Association. <https://isocialmarketing.org/wp-content/uploads/sites/5/2022/10/iSMA-Social-Marketing-statement-of-ethics.pdf>
- Lades, L. K., & Delaney, L. (2022). Nudge FORGOOD. *Behavioural Public Policy*, 6(1), 75–94. <https://doi.org/10.1017/bpp.2019.53>

- Nielsen, K. S., Clayton, S., Stern, P. C., Dietz, T., Capstick, S., & Whitmarsh, L. (2021a). How psychology can help limit climate change. *American Psychologist*, 76(1), 130–144. <https://doi.org/10.1037/amp0000624>
- Nielsen, K. S., Marteau, T. M., Bauer, J. M., Bradbury, R. B., Broad, S., Burgess, G., Burgman, M., Byerly, H., Clayton, S., Espeloshin, D., Ferraro, P. J., Fisher, B., Garnett, E. E., Jones, J. P. G., Otieno, M., Polasky, S., Ricketts, T. H., Trevelyan, R., van der Linden, S., Veríssimo, D., & Balmford, A. (2021b). Biodiversity conservation as a promising frontier for behavioural science. *Nature Human Behaviour*, 5, 550–556. <https://doi.org/10.1038/s41562-021-01109-5>
- Reddy, S. M. W., Montambault, J., Masuda, Y. J., Keenan, E., Butler, W., Fisher, J. R. B., Asah, S. T., & Gneezy, A. (2017). Advancing conservation by understanding and influencing human behavior. *Conservation Letters*, 10(2), 248–256. <https://doi.org/10.1111/conl.12252>
- Szablewska, N., & Kubacki, K. (2019). A human rights-based approach to the social good in social marketing. *Journal of Business Ethics*, 155(3), 871–888. <https://doi.org/10.1007/s10551-017-3520-8>
- Tiralti, A., & Rocchi, L. (2025). Predicting behaviors towards biodiversity and natural habitat conservation: A systematic review of the literature. *Environment and Behavior*, 57(7–8), 582–618. <https://doi.org/10.1177/00139165251353473>
- Veríssimo, D., Blake, K., Byerly Flint, H., Doughty, H., Espeloshin, D., Gregg, E. A., Kubo, T., Mann-Lang, J., Perry, L. R., Selinske, M. J., Shreedhar, G., & Thomas-Walters, L. (2024). Changing human behavior to conserve biodiversity. *Annual Review of Environment and Resources*, 49, 419–448. <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-111522-103028>
- Veríssimo, D., & Pinho, I. (2023). IUCN launches Behaviour Change Task Force. *Oryx*, 57(5), 555. <https://doi.org/10.1017/S0030605323000819>
- Veríssimo, D., Ribeiro, E., Perry, L., Wyman Roth, N., & Ribeiro, Y. (2025). *Mainstreaming behaviour change in biodiversity conservation: Needs, barriers and ways forward*. IUCN. <https://doi.org/10.64234/CBCNA2025>
- Wood, K. A., Jupe, L. L., McCutcheon, E. E., Cooke, C., & Newth, J. L. (2025). Nature-based activities improve human-nature connectedness: A systematic review and meta-analysis. *Perspectives in Ecology and Conservation*, 23(4), 219–230. <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2025.08.001>